

Reconhecer as marcas do código

Talvez a maneira mais fácil e imediata de entender a comunicação seja concebê-la sob o modelo da informação. A teoria da informação ou teoria matemática da comunicação, proposta por Shannon, estipula uma relação simples, linear entre os dois pólos da comunicação, emissor e receptor (Mattelart, 1997). De fato, com a figura do emissor, do receptor, do canal, do código, da mensagem, ruído e informação, Shannon pretendia antes de tudo dar conta de como a comunicação poderia se dar ao longo do fio do telefone, ou seja, era antes um funcionamento de máquina que ele queria explicar. Mas essa perspectiva tendeu a generalizar-se para os processos comunicacionais humanos, tanto no pensamento comunicacional quanto no domínio do senso comum. Por estas duas vias, vêmo-la emergir, por exemplo, nas redações dos jornais brasileiros onde, tão frequentemente e seguindo o modelo americano de mídia adotado no país, se trata a notícia como informação pura e simples e se empunha uma idéia de objetividade não problemática que acaba favorecendo as visões dominantes. No esquema informativo, a comunicação se realiza se uma mensagem, produzida de código comum que reúne emissor e receptor, pode percorrer uma linha reta do primeiro ao segundo. As interferências, chamadas ruído, são destrutivas, elas interrompem o circuito da comunicação. É preciso portanto que o pólo receptor reconheça aquele recorte do código comum para que se cumpra esse circuito. É pela identificação de marcas conhecidas que a comunicação pode se dar. O percurso da mensagem deve ser desimpedido de interferências, deve ser o mais limpo possível – ou só admitir impurezas previstas e organizadas: a redundância – para que essas marcas sejam reconhecidas. A redundância é uma repetição controlada que evita o excesso de

novidade na informação e permite o reconhecimento da mensagem.

São muitos os desdobramentos desse esquema, e ele pode não vigorar na sua forma mais simples, mas a idéia de que a comunicação acontece quando banimos o estranhamento e fazemos predominar o conhecido o mais claro possível é uma das inspirações dessa perspectiva.

A primazia do código assume outras formas no estudo dos processos comunicacionais. A linha estruturalista, cujo auge se deu nos anos 70, deixou atrás de si também uma visão da comunicação como reconhecimento. O estruturalismo gerou pensadores muito interessantes e promoveu uma guinada nas pesquisas da linguagem. Embora já se tenha feito sua crítica, essa perspectiva sobrevive hoje em abordagens que parecem não lhe dever muito. A autonomização dos fatos de linguagem, que o estruturalismo realizou, talvez seja a sua herança mais indelével, embora muito mitigada hoje. Autonomização porque os fenômenos da linguagem parecem valer por si mesmos, quase independentes de outros fatores extra-linguísticos. A linguagem tende à língua, ao código pré-determinado, pré-estabelecido, e que organiza os atos de comunicação (Caiafa, 1999). No rastro dessa herança, pode ser possível mesmo falar de outros fatores que estariam também presentes nos processos comunicacionais – falar por exemplo das ressonâncias ideológicas que um texto ou uma fala encerram – mas tais fatores tendem a ocupar um lugar secundário. Eles são adventícios apenas, eles ocorrem mas incidem sobre os fatos do código, a que ainda se continua a atribuir uma primazia.

É em conexão com esse problema que Deleuze e Guattari falam da necessidade de uma “pragmática imanente” para entender as questões da linguagem (Deleuze e Guattari, 1980: 105-106). Uma perspectiva que lance desde o início a linguagem no mundo, esta-

beleça ou restabeleça esse vínculo problemático entre as palavras e as coisas, fugindo à primazia do código e à autonomação dos fatos de linguagem. A partir de terminologia foucaultiana, Deleuze procura definir o vínculo complexo que une enunciados e visibilidades (Deleuze, 1991). Os enunciados não são frases, mas a linguagem recortada pelo que não é linguagem, pelas práticas sociais, instituições, etc. As visibilidades são o campo social também atingido pela intervenção dos enunciados. Há um “recorte mútuo” entre o que se diz e o que se faz, afirmam Deleuze e Guattari. Uma pragmática imanente deveria lançar a linguagem desde o início nesse espaço impuro de diferenças. Observemos que, tanto quanto se dá com a teoria da informação, nas análises de inspiração estruturalista a comunicação só pode se dar pelo reconhecimento. O ato de comunicação se torna uma realização mais ou menos passiva dessa instância que o precede, o código, e que só pode ser concebido num espaço de identidades. Nessa perspectiva, a diferença é concebida *como oposição*. Os significantes e significados se opõem na interioridade da língua e é isso que constitui um sistema de signos que se distinguem, que valem negativamente entre si. Assim, a *langue* – o código linguístico, o sistema de signos, conforme definido por Saussure – é um conjunto de diferenças que gera as mesmas marcas em todos os falantes. É um conjunto de diferenças que gera identidades.

Também aqui, portanto, é porque somos capazes de reconhecer essas marcas que nos reúnem que a comunicação se torna possível. O ato comunicativo está subordinado à dimensão do código. E o código se caracteriza por suas regularidades, suas constantes, por aquilo que nele se repete. Sua margem de variabilidade é mínima, e mesmo a variação tende a ser prevista e posicionada pelo próprio sistema. Quando Lévi-Strauss analisa a adoção da batata na França e da palavra “pomme de terre” em francês, observa que a própria língua francesa já apontava este termo como uma solução possível (Lévi-Strauss, 1973). A existência de “pomme”, denominando fruto arredondado, e todo um “rendimento funcional” do termo – gerando, por exemplo, “pomme de grenade”, “pomme de orange”, “pomme de coing” – já ante-

cipavam o novo termo. Uma “vocação” do meio semântico motivou a escolha de “pomme de terre”, o que Lévi-Strauss chama de “não-arbitrariedade a posteriori”. A mudança tende a ser explicada através de uma necessidade do sistema. São as mesmas marcas, as constantes partilhadas e já determinadas que acabam dando lugar a uma variação calculada e calculável para o estudioso da linguagem. É numa configuração conhecida que aparece a variação. O ato comunicativo é tributário da instância do código e só se torna possível porque essas regularidades são reconhecíveis. Se acompanharmos a idéia de Lévi-Strauss de que os mitos – que ele estudou segundo estas mesmas linhas— se pensam entre si, diríamos que as regularidades se reconhecem. A comunicação se torna uma decorrência desses acontecimentos no interior da estrutura.–

Deleuze e Guattari usam a expressão “palavra de ordem” para definir a dimensão de repetição da linguagem. Numa crítica à teoria da informação, afirmam que o que vem primeiro não é a informação, mas a redundância (Deleuze e Guattari, 1980: 100). No esquema informativo, uma certa dose de redundância tem a função de debelar o ruído e permitir que a mensagem seja entendida. A informação aqui é sempre novidade, embora novidade autorizada, como vimos, pelas marcas do código comum. A redundância vem pôr um limite aos excessos do novo para que o circuito se cumpra. Na releitura de Deleuze e Guattari, a linguagem, imbricada nas relações de poder, funciona antes de tudo como reverberador de conteúdos dominantes. Fala-se tendencialmente o mesmo, repetem-se esses conteúdos. E, ao contrário, a informação é mínima, o suficiente para fazer passar a redundância. Assim, todo enunciado carrega e efetua pressupostos implícitos de uma ordem política numa dada sociedade. Entre esses pressupostos e os enunciados que os efetuem, escrevem Deleuze e Guattari, há um laço de “obrigação social”. A dimensão da palavra de ordem é justamente a relação entre pressupostos e enunciados, ou seja, remete a esse laço. Os autores afirmam então que a linguagem não é antes de tudo informativa, mas transmissão de palavras de ordem. É por uma reviravolta portanto que Deleuze e Guattari vão fazer coro às análises

que se ocupam do aspecto do reconhecimento nos processos comunicativos. Esse aspecto é, ao mesmo tempo que analisado, denunciado, juntamente com algumas abordagens que se ocupam deles. É por uma artimanha política que a linguagem é repetição. Veremos mais adiante como os dois autores vão tentar dar conta de outros usos da linguagem que se apoiariam, ao contrário, na variação.

Também Roland Barthes vai denunciar as constantes linguísticas, que levariam a um uso conservador da linguagem. Falamos sempre “recolhendo o que se arrasta na língua” (Barthes, 1980: 15). A língua obriga a dizer, está a serviço de um poder. Barthes denuncia a autoridade que toda constatação encerra e o reconhecimento, razão de existência dos signos, que ele chama de “gregarismo da repetição”. Contra essa “reição”, o poder na língua e na linguagem, agiria a literatura. E só poderia fazê-lo por meio de um deslocamento, de uma “esquiva”, ou seja, do desenvolvimento de um contra-poder.

Observamos que nas abordagens de Barthes e de Deleuze e Guattari, a linguagem tem chance de se realizar fora do esquema do reconhecimento. Para Barthes, será através de um deslocamento, de um afastamento da língua. Será preciso trabalhar contra a língua, esse código de constantes. Em contraste, como veremos a seguir, para Deleuze e Guattari, a linguagem se realiza desde o início também fora do regime de constantes. Embora imperioso, o aspecto gregário da linguagem seria antes o fracasso freqüente mas ocasional das componentes de variação.

Outros mundos possíveis

As imposições da língua – o conjunto de regras e limitações a que Barthes se refere – são, para Deleuze e Guattari, inseparáveis de conteúdos sociais conservadores a que elas se associam. Daí a dimensão da palavra de ordem, que é o vínculo obrigatório que os enunciados mantêm com os pressupostos implícitos, que os autores também chamam de atos. Este último termo é uma ressonância da teoria dos atos de fala de Austin e Searle, em que Deleuze e Guattari também se apoiam. Contudo, a despeito da centralidade

da palavra de ordem, afirmam eles que nas “condições de efetuação da linguagem” as variantes são de fato primeiras em relação às constantes. A regra – a limitação, a forma fixa – provém de uma cristalização das variantes. As constantes são extraídas das variáveis, escrevem Deleuze e Guattari.

Assim, a linguagem, ao envolver sempre variação e mesmo partir dela, também é fonte de estranhamento, também é ocasião de confronto com o que não conheço. Se o exercício da linguagem é marcado pelo gregarismo da palavra de ordem, tem também e ao mesmo tempo um aspecto de alteridade. É o que fica claro quando Deleuze se refere ao papel de outrem na vida social como “a expressão de um mundo possível”. Michel Tournier, em seu romance *Sexta-feira ou os limbos do Pacífico*, uma reescritura de *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, mostra como as aventuras de Robinson em sua ilha envolvem a perda de outrem. Deleuze retoma a questão da ausência de outrem para explorar os efeitos de sua presença, ou seja, o papel de outrem na experiência ordinária.

Outrem, escreve Deleuze, “introduz o signo do não percebido no que eu percebo” (Deleuze, 1974: 315). A presença de outrem organiza uma margem, “um fundo”, “uma profundidade” em torno dos objetos que percebo. Forma-se então “todo um campo de virtualidades e de potencialidades”. Esse objetos que me escapam formam um mundo para mim, um mundo possível, e eventualmente poderiam ser percebidos por mim devido à presença de outrem. Outrem inclui essas margens na minha experiência, ele regula essas transições, “impede os assaltos por trás”. O mundo adquire “um rumor benevolente” porque o que não posso alcançar pode entrar para minha experiência pela presença de outrem. Outrem expressa portanto esses mundos possíveis, reais mas não atualizados. Ao fazê-lo, ao me mostrar outros mundos, outrem me tira em alguma medida de mim mesmo, ele me distrai. Tournier escreve que “outrem é um poderoso fator de distração”.

Deleuze observa que outrem não é sujeito nem objeto, mas um princípio que organiza o campo perceptivo, “uma estrutura”. Nota-se aqui ainda a influência do estruturalismo, que também em alguma

medida inspirou Deleuze. Mas o mais vigoroso nestas afirmações é que outrem não é simplesmente um outro com quem falo, um personagem do campo perceptivo ou da relação de comunicação. Trata-se de um princípio, um operador, uma instância que expressa um mundo possível. Chamei essa instância de *operador de diferenciação* porque ela traz a alteridade, mostra outros mundos – no mesmo golpe permite minha experiência e me tira de mim (Caiafa, 2003 e mimeo). Outrem como expressão de um mundo possível é, de resto, condição da vida social e da comunicação.

Trata-se de mundos possíveis porque eles são reais mas não atualizados. Eles existem expressos pela presença de outrem. Um semblante espantado, explica Deleuze, me mostra um outro mundo espantoso que eu não conheço. Outrem me permite experimentar um mundo de espanto ou tranquilidade quando eu mesma não estou agora nem espantada nem tranquila. Se eu for verificar esse mundo, ele se atualizará. O mundo antes possível será realizado e eu poderei experimentar diretamente o espanto ou a tranquilidade. Por enquanto, “o expresso não existe fora do que o exprime”, ou seja, da presença de outrem.

E quando o outro fala o que ocorre? Aí não há uma atualização, mas *se confere uma realidade ao possível* – “uma certa realidade”, escreve Deleuze. Quando alguém fala comigo, o mundo possível, estranho para mim, fica mais perto. A linguagem me traz em algum grau aquele estranho mundo, me faz vislumbrar com mais concretude o espanto ou a tranquilidade que eu não conhecia – conferindo alguma realidade ao que outrem expressa e me traz.

Essa é uma dimensão interessante da linguagem e da comunicação – conferir certa realidade a mundos possíveis. A linguagem dá realidade ao estranho, a comunicação reúne para distrair os conversadores de si mesmos, para trazê-los mais perto de estranhos mundos (Caiafa, mimeo). Neste caso, a comunicação se dá por uma *operação de diferença*. Ela se efetua pela concreção de um possível que me é estranho, por uma dimensão em que não me reconheço, mas que, ao contrário, me tira um pouco de mim. Embora as situações de comunicação sejam diversas, e haja muitas formas de pacificar este espec-

to de estranhamento, ele é uma força ativa nos processos de comunicação.² Aqui, portanto, não é porque encontramos as mesmas marcas que conversamos. Embora evidentemente partilhemos um código comum, não é o conhecido que tem força interpeladora, que atrai o interlocutor e possibilita a comunicação. É sim o que difere, o que varia – não absolutamente, mas no jogo das diferenças e repetições das linguagens e das experiências.

Gabriel Tarde, ao desenvolver uma teoria da conversação, também parece apostar na dimensão de alteridade dos processos comunicacionais. Para Tarde, a conversação é um agente social expressivo na medida em que destrói hierarquias (“à força de exprimi-las”) e, ao reunir pela palavra, supera os limites do ego, abrindo para “uma teleologia inteiramente social” (Tarde, 1992: 129). A conversação transforma o poder, segundo Tarde, daí infundir temor aos déspotas. É um grande agente de propagação do que o autor chama “imitação”, força microsociedade que forma a opinião e repercute os costumes. Mas a conversação é tanto mais forte nesses seus atributos quanto for baseada na diferença entre os conversadores e se nutrir da exposição a descontinuidades. Porque, para Tarde, as conversas marcadas pelas “preocupações pessoais”, entre pessoas que se conhecem, que são características da pequena cidade por exemplo, não constituem a rigor conversação. Tarde celebra, ao contrário, a “conversação geral”, que aborda assuntos gerais e que ocorre no ambiente diverso das grandes cidades. Nesse contexto, em que os interlocutores não se reconhecem imediatamente, pode se estabelecer o diálogo e não apenas um “entrelaçamento de monólogos” (Tarde, 1992: 175). É essa comunicação do impessoal que, para Tarde, parece fazer da conversação uma força social expressiva. O reconhecível não produz a rigor conversação. Aqui também é a dimensão de alteridade que funciona como força impulsionadora e é capaz de gerar uma modalidade criadora de comunicação.

Perceber a novidade

Mikhail Bakhtin e Valentin Volochínov produziram um pensamento da diferença na comunicação que ressoa algumas afirmações

de Deleuze. Bakhtin é um pensador da multiplicidade, a que ele deu vários nomes: polifonia, dialogismo, heteroglossia, etc. É uma insistência sua que a heterogeneidade constitui uma força social ativa na linguagem e na vida social. Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin e Volochínov estudam o que denominam “as condições de comunicação sócio-verbal”. É constante ali a afirmação de que os fenômenos comunicacionais se recortam de um fluxo, de “uma corrente de comunicação ininterrupta”, que é social, envolve uma “situação extra-linguística” e remete a interação verbal para um contexto social mais amplo (Bakhtin e Volochínov, 2002: 123). Outra afirmação importante é que é preciso considerar a interação concreta, em exercício num dado momento e num campo social. Essas posições ajudam a delinear a dimensão da diferença na comunicação. Os autores escrevem que, para quem fala uma língua, o que importa não é o sistema de formas normativas per se. O locutor não lida com a noção de sistema de regras. Ele utiliza as formas normativas *num dado contexto concreto*. Ele está portanto muito mais atento às vicissitudes nesse contexto do que a constantes estipuladas previamente que possibilitariam um reconhecimento.

Assim, “o centro de gravidade da língua” não é, para os dois autores, “a conformidade à norma da forma utilizada” e sim a *nova significação* que essa forma adquire no contexto”. (Bakhtin e Volochínov, 2002: 93, grifo meu).

Mas será que a norma linguística – as mesmas marcas, aquilo que se repete na língua e que, para Barthes, faz da linguagem “legislação” – entraria em jogo no nível da recepção? Não, dizem eles:

O essencial na tarefa de decodificação *não consiste em reconhecer a forma utilizada*, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. Em suma, trata-se de perceber *seu caráter de novidade* e não somente sua conformidade à norma (Bakhtin e Volochínov, 2002: 93, grifo meu).

Também o receptor percebe a novidade da forma verbal. Na comunicação percebemos o diferente. Decodificamos, compreendemos não só pela conformidade à norma, pelo reconhecimento, pela identificação do que nos é familiar, mas também e sobretudo pela novidade daquela utilização, pela variação do signo naquele contexto concreto.

Aqui os autores distinguem signo de sinal, este sim objeto do processo de identificação, que é diferente do processo de decodificação. O signo está mergulhado na vida social, à mercê de todas as vicissitudes que aí vigoram. Por isso ele é sempre ideológico, no sentido de “vivencial”. O sinal é constantemente idêntico a si mesmo e “faz parte do mundo dos objetos técnicos”. Uma forma linguística é também sinal, mas nunca apenas sinal. A pura sinalidade não existe. E o signo só é compreendido quando percebido para além dos limites de sua sinalidade. Na linguagem, o componente de sinalidade é “absorvido pela nova qualidade do signo”.

Em cada contexto, em cada situação concreta de fala, apresentam-se novidades, novas qualidades do signo. Para Bakhtin e Volochínov, a compreensão da linguagem não é uma compreensão passiva, onde predomina o reconhecimento. O que impulsiona essa compreensão ativa, que é condição da comunicação, é o que denominam “fatores de mutabilidade contextual, de diferença e novidade” (Bakhtin e Volochínov, 2002: 99). No texto de Tarde, a que me referi acima, encontramos uma formulação diferente deste mesmo tema. O que alimenta a conversação – essa modalidade criativa e mesmo transformadora de comunicação – é o confronto com conteúdos não previstos e em novas situações onde constantemente reelaboramos os assuntos gerais que partilhemos coletivamente.

Senhas

Para Bakhtin e Volochínov, a língua tem um componente de sinalidade, ou seja, de repetição. Mas o que define o signo não é esse componente, e sim a novidade em que ele se absorve e que vai ser a força motriz da comunicação. A partir de Deleuze e Guattari, diríamos que é o componente de variação que é condição central de efetuação

da linguagem. Nos casos das duas perspectivas, observamos que é a própria língua – em certa medida um conjunto de constantes, definida também por seu aspecto de sinal – que oferece, paradoxalmente, a oportunidade da variação, da novidade na linguagem e na comunicação.

Aqui há uma diferença em relação à posição de Barthes. Como vimos, para Barthes, os usos criadores da linguagem, como a literatura, envolvem esquivar-se da língua, essa lei que faz da linguagem uma “reição generalizada”, uma “legislação”. Podemos observar este ponto com mais clareza pelo contraste com Bakhtin e Volochínov. Para estes autores, não é por uma luta contra a língua que obtemos a novidade. O próprio signo, embora seja também sinal, se realiza antes de tudo em seu aspecto de variação. Também Deleuze e Guattari produzem um contraste com Barthes. Para eles, a imposição das palavras de ordem pode ser revertida se estas se transformam em “senhas”. E é a própria palavra de ordem – essa dimensão de repetição não criadora, de ressonância de pressupostos da ordem social – que trará consigo o seu antídoto.

Para Deleuze e Guattari, como já mencionei, na linguagem temos antes de tudo variáveis. Há contudo mais de um tratamento possível dessas variáveis. O tratamento que eles chamam “maior” é aquele que cristaliza essas variáveis em constantes, em que ao mesmo tempo que a expressão se cola à regra e ao que obriga a dizer, os conteúdos sociais tendem a seguir a ordem dominante. Aqui vigora a dimensão da palavra de ordem. Por outro lado, há um outro tratamento das variáveis, que os autores chamam “menor” ou de “variação contínua”, que envolve um investimento mais forte na variação, em detrimento das constantes. Este movimento no plano da expressão é inseparável de um recorte transformador do mundo, no plano do conteúdo.³ Há aqui um investimento no aspecto de mobilidade do signo – poderíamos dizer a partir do texto de Bakhtin e Volochínov –, no aspecto de novidade da linguagem. E, para Deleuze e Guattari, este aspecto da linguagem é igualmente ouvido. Também para Bakhtin e Volochínov, ele é mesmo o componente mais importante da comunicação.

Observamos que este outro movimento não se produz por um boicote à língua. Não se trata de dois momentos separados, de dois contendores. Porque as constantes não poderiam deixar de se fazer acompanhar por uma margem de variabilidade sempre e desde o início. Esta margem já vem, ela se nos oferece no exercício mesmo da linguagem. É preciso fugir da dimensão conservadora da linguagem, que vem com o conjunto de constantes e suas imposições. Mas na interação comunicacional o que importa é a mobilidade do signo num contexto concreto. Ora, esta mobilidade não cessa de ameaçar as constantes, a sinalidade do signo, e pôr em cheque o processo de reconhecimento na linguagem. Há uma luta contra a dimensão da palavra de ordem mas, paradoxalmente, através da “variável-palavra de ordem” (Deleuze e Guattari, 1980: 135).

Deve-se voltar à palavra de ordem, escrevem Deleuze e Guattari, “como a única ‘metalinguagem’ capaz de apreender essa dupla direção”, aquelas dos tratamentos maior e menor, a da obrigação social e a da fuga à ordem dominante. A fuga não é reação à palavra de ordem, mas está nela compreendida.

É decerto por uma formalização da expressão, uma cristalização das variáveis e, por outro lado, por uma ordenação dos conteúdos, um estriamento do campo social, que as palavras e as coisas se recortam mutuamente – os enunciados e as visibilidade, na visão deleuziana do pensamento de Foucault, como vimos anteriormente. Mas não é só pelo estriamento que esse recorte mútuo se dá, mas também por vetores de mobilidade e variação. Há constantemente tensão nesse ordenamento de conteúdo e expressão. A vida social se produz não menos por aquilo que escapa à ordem de todos os lados. Na linguagem, é a novidade que nos faz falar, nos comunicamos também e sobretudo por esses vetores de mobilidade, ou, utilizando o termo de Deleuze e Guattari, por essas “tensões de fuga”.

Sob as palavras de ordem, dizem os dois autores, *ouvir outras*. “Sob” é um termo chave aqui. As senhas estão sob as palavras de ordem, nos são trazidas com elas. A mesma palavra envolve as duas dimensões: “é preciso extrair uma da outra”.

Observamos como uma via interessante se abre para o pensamento comunicacional aqui. Porque não basta introduzir a diferença a certa altura nos processos comunicacionais. Não escapamos das abordagens do reconhecimento e da identidade se fazemos dessa diferença um evento extraordinário ou adventício, que sobrevém ulteriormente a um esquema identitário. O grande passo e grande esforço é conceber a diferença como primeira, a variação como presente desde o

início, imanente aos processos comunicativos. É o novo na enunciação que nos faz entender a fala do outro, e que nos faz retorquir. Falamos também fugindo à reição das constantes. Esse reinado não é nunca perfeito porque a ordem da palavra também é um “grito de alarme” para a fuga.

São passagens que construímos quando usamos a linguagem, quando atentamos a esses estranhos e novos mundos que nos chegam pela presença de outrem e pela comunicação.

Bibliografia

Bakhtin, Mikhail e Valentin Volochínov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec e Annablume, 2002 [1929-1930].

Barthes, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Cultrix, 1980 [1978].

Caiafa, Janice. Poéticas e poderes na comunicação. *O olhar estético na comunicação*. Antônio Albino Canelas Rubim et al (org.). Coleção Compós. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

————— *Nosso século XXI: notas sobre arte, técnica e poderes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

————— *Jornadas Urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

————— Comunicação e diferença nas cidades. *Lugar Comum -Estudos de mídia, cultura e democracia*, n° 18, Novembro 2002-Junho 2003.

————— Conversações. Texto apresentado no 12° encontro da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), Recife, Junho de 2003.

Revista Contracampo (no prelo).

Deleuze, Gilles. *Foucault*. Trad. Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Editora brasiliense, 1991 [1986].

————— e Félix Guattari. 20 novembre 1923. Postulats de la linguistique. *Mille Plateaux*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

Lévi-Strauss, Claude. Linguística e Antropologia. Posfácio aos capítulos III e IV. *Antropologia Estrutural*. Trad. Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973 [1958].

Matterlart, Armand e Michèle. *História das Teorias da Comunicação*. Trad. Nelson Amador. Porto: Campo das Letras, 1997 [1995].

Tarde, Gabriel. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Tenho explorado o aspecto de alteridade da comunicação nos processos de conversação nas cidades, sobretudo nas viagens de ônibus. Cf. Caiafa, 2003 e mimeo. Para uma análise mais detalhada do cotidiano das viagens de ônibus no Rio de Janeiro, cf. Caiafa, 2002.

³ Esta terminologia – expressão e conteúdo – os autores recortam do texto de Louis Hjelmslev (linguista dinamarquês de inspiração estruturalista), que eles relêem a seu modo.